



PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DA AVALIAÇÃO INTELLECTUAL, DO PROCESSO SELETIVO PARA CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS (CFC - 2019).

1. Divulgo anexados abaixo o Gabarito Preliminar e o Caderno da avaliação intelectual do processo seletivo referente ao Curso de Formação de Cabos (CFC – 2019), promovido pela Diretoria de Instrução e Ensino da PMSC, conforme Edital nº 056/DIE/PMSC/2019:

[LINK PARA RECURSOS](#)

2. Publique;

3. Arquive-se.

**Assinado digitalmente
LUCIANO WALFREDO PINHO
CEL PM COORDENADOR GERAL DO EVENTO**



GABARITO PRELIMINAR
ESTADO DE SANTA CATARINA - POLÍCIA MILITAR
EDITAL Nº 056/DIE/PMSC/2019
SELEÇÃO INTERNA DE PESSOAL PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS
CFC 2019

| QUESTÃO | RESPOSTA | VALOR |
|---------|----------|-------|
| 1 | B | 1 |
| 2 | E | 1 |
| 3 | A | 1 |
| 4 | B | 1 |
| 5 | D | 1 |
| 6 | C | 1 |
| 7 | B | 1 |
| 8 | D | 1 |
| 9 | A | 1 |
| 10 | D | 1 |
| 11 | A | 1 |
| 12 | E | 1 |
| 13 | C | 1 |
| 14 | B | 1 |
| 15 | C | 1 |
| 16 | C | 1 |
| 17 | A | 1 |
| 18 | C | 1 |
| 19 | B | 1 |
| 20 | E | 1 |
| 21 | A | 1 |
| 22 | B | 1 |
| 23 | B | 1 |
| 24 | B | 1 |
| 25 | A | 1 |
| 26 | E | 1 |
| 27 | C | 1 |
| 28 | E | 1 |
| 29 | D | 1 |
| 30 | A | 1 |
| 31 | C | 1 |
| 32 | A | 1 |
| 33 | D | 1 |
| 34 | B | 1 |
| 35 | C | 1 |
| 36 | D | 1 |
| 37 | E | 1 |
| 38 | C | 1 |
| 39 | C | 1 |
| 40 | B | 1 |
| 41 | D | 1 |
| 42 | A | 1 |
| 43 | E | 1 |
| 44 | D | 1 |
| 45 | B | 1 |
| 46 | E | 1 |
| 47 | C | 1 |
| 48 | D | 1 |
| 49 | A | 1 |
| 50 | D | 1 |



EDITAL Nº 056/DIE/PMSC/2019.

SELEÇÃO INTERNA DE PESSOAL PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS – CFC 2019.

EXAME DE AVALIAÇÃO INTELECTUAL.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES:

1. O Exame de Avaliação Intelectual terá duração máxima, de **4 (quatro) horas**, incluso o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
2. A saída das salas de prova, independente do motivo, bem como a retirada definitiva do grupo de realização das mesmas, somente poderá ocorrer depois de decorrida **01 (uma) hora** do seu início.
3. É proibido ao candidato retirar, ou levar consigo, os cadernos de prova, o cartão-resposta oficial, ou qualquer outro material que não seja de sua propriedade
4. O candidato é responsável pela conferência dos dados do seu cartão-resposta e pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com ele, bem como pelo seu preenchimento correto e assinatura.
5. Confira se sua prova tem **50** questões, cada qual com 5 alternativas (A – B – C – D – E).
6. Confira seus dados no cartão-resposta e **ASSINE** o mesmo.
7. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
8. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
9. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem dele, confira-o, com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova.
10. Ao término da prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala, o cartão-resposta preenchido e **ASSINADO**.
11. Os **3 (três)** candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, e só poderão sair juntos após assinarem a ata, na qual constará o horário da saída dos mesmos.

BOA PROVA!

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL VOLTADOS À ATIVIDADE POLICIAL – 06 questões.

1. De acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), assinale a alternativa CORRETA, acerca da Representação:

- a) A representação, quando feita ao juiz ou perante este reduzida a termo, será remetida ao promotor de justiça, para que este ofereça a denúncia.
- b) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente, mediante declaração, escrita ou oral, à autoridade policial.
- c) A representação poderá ser retratada pelo ofendido até o recebimento da denúncia pelo juiz.
- d) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que se der o crime.
- e) Oferecida ou reduzida a termo a representação, o promotor de justiça procederá a inquérito, ou, não sendo competente, remetê-lo-á ao juiz para que ele mesmo instaure e proceda ao inquérito policial.

2. De acordo com o previsto na Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Incorre no crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, previsto no art. 14 da Lei nº 10.826/03, o agente que é flagrado caminhando em via pública portando arma de brinquedo, com o fim de cometer assaltos.
- b) O agente que é flagrado por policiais militares, mantendo sob sua guarda munições de arma de fogo adquiridas de acordo com a legislação vigente, incorre no crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, previsto no art. 12 da Lei nº 10.826/03.
- c) Incorre no crime de omissão de cautela previsto no art. 13 da Lei nº 10.826/03, o agente que não toma as medidas de cautelas necessárias para impedir que maior de idade e mentalmente saudável, apodere-se de arma de fogo sob sua guarda.
- d) O agente que é flagrado por policiais militares efetuando disparos de arma de fogo em lugar ermo, de difícil acesso e não habitado, incorre no crime de disparo de arma de fogo, previsto no art. 15 da Lei nº 10.826/03.
- e) O agente que é flagrado por policiais militares portando ilegalmente arma de fogo de uso permitido, porém, com a numeração raspada, incorre no crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826/03.

3. De acordo com o previsto na Lei nº 11.343/2006 (Lei do SISNAD), assinale a alternativa CORRETA:

- a) O agente que é flagrado por policiais militares, trazendo consigo pequena quantidade de substância entorpecente (cocaína), para consumo próprio, não será preso em flagrante, devendo o agente ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessárias.
- b) O prazo para a conclusão do inquérito policial, em se tratando de crimes de drogas, é de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e 90 (noventa) dias, quando solto, podendo ser prorrogado somente se o indiciado estiver solto.
- c) A qualquer momento da investigação e independentemente de autorização judicial, os policiais podem se infiltrar na organização criminosa, com o objetivo de elucidar os crimes envolvendo traficantes de drogas.
- d) São penas previstas para quem é condenado por trazer consigo pequena quantidade de entorpecente (maconha), para consumo próprio, de acordo com o art. 28 da Lei nº 11.343/2006: advertência sobre os efeitos das drogas; internação compulsória; prestação de serviços à comunidade; e, medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- e) Não há crime para quem adquire pequena quantidade de entorpecente (crack), para consumo próprio, de acordo com a legislação vigente.

4. Considerando o previsto no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) sobre inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações cíveis e penais.
- b) Incumbirá à autoridade policial fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público, cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias e representar acerca da prisão preventiva.
- c) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pelo indiciado.
- d) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
- e) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo Promotor de Justiça.

5. Conforme o previsto no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código de Penal), assinale a alternativa CORRETA:

- a) O desconhecimento da lei é escusável e o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta de pena; se inevitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- b) Considera-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar.
- c) Entende-se em estado de necessidade quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- d) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- e) Considera-se inevitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era impossível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

6. Conforme o previsto no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código de Penal), sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Configura-se o crime furto do art. 155 do Código Penal quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.
- b) Configura-se o crime furto qualificado do art. 155, § 4º do Código Penal, quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- c) Configura-se o crime furto qualificado do art. 155, § 4º do Código Penal, quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel do condômino, coerdeiro ou sócio, a quem legitimamente a detém, a coisa comum.
- d) Configura-se o crime furto qualificado do art. 155, § 4º do Código Penal, quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- e) Configura-se o crime furto qualificado do art. 155, § 4º do Código Penal, quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.

DIREITOS HUMANOS NA ATIVIDADE POLICIAL – 05 Questões.

7. De acordo com Alexandre de Moraes, na obra Direitos Humanos Fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

I- A Constituição Federal assegura, portanto, o direito à vida, cabendo ao Estado assegurá-lo em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar vivo e a segunda de se ter vida quanto à subsistência.

II- A Constituição Federal de 1988 adotou o princípio da igualdade de direitos, prevendo a igualdade de aptidão, uma igualdade de possibilidades virtuais, ou seja, todos os cidadãos têm o direito de tratamento idêntico pela lei, em consonância com os critérios albergados pelo ordenamento jurídico.

III- O princípio da igualdade consagrado pela Constituição opera em um único plano. Na obrigatoriedade ao intérprete, basicamente, a autoridade pública, de aplicar a lei e atos normativos de maneira igualitária.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

8. De acordo com Ricardo Brisolla Balestreri, na obra Direitos Humanos Coisa de Polícia, assinale a alternativa CORRETA:

I- Os “Direitos Humanos” como militância, na outra ponta, passaram a ser vistos como ideologicamente imbricados à direita, durante toda a vigência da Guerra Fria (estranhamente, nos países do “ocidente capitalista” eram vistos como uma arma retórica e organizacional contra o socialismo, uma vez que os governos socialistas não permitiram que os direitos fundamentais fossem viabilizados aos cidadãos individualmente, e sim coletivamente).

II- Se o policial é capaz de transigir nos seus princípios de civilidade, quando no contato com os sociopatas, abona a violência, contamina-se com o que nega, conspurca a normalidade, confunde o imaginário popular e não se rebaixa a igualdade com os maus procedimentos que combate, visto que os métodos policiais são frutos de uma conclusão sociológica que é capaz de alterar a interpretação do texto legal conforme o contexto.

III- Uma boa grade curricular e professores habilitados não apenas nos conhecimentos técnicos, mas igualmente nas artes didáticas e no relacionamento interpessoal, são fundamentais para a geração de policiais que atuem com base na lei e na ordem hierárquica, mas também na autonomia moral e intelectual.

IV- As organizações não governamentais que ainda não descobriram a força e a importância como agentes de transformação, devem abrir-se a isso, lentamente, sob pena de, aferradas a velhos paradigmas, perderem o concurso da ação de atores sociais tão significativos e impactantes.

- a) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Apenas a afirmativa III está correta.
- e) Apenas a afirmativa IV está correta.

9. Com base na obra A Eficácia dos Direitos Fundamentais de 2011, do autor Ingo Wolfgang Sarlet, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I- É reconhecida, com base na legislação vigente e doutrina, no direito constitucional brasileiro, a concepção de que os direitos fundamentais formam um sistema fechado e próprio no contexto da Constituição Federal.

II- Os direitos fundamentais formam um sistema aberto, pois não estão restritos a determinado capítulo da Constituição Federal, sendo encontrados em outras partes do seu texto, bem como podem ser incorporados de tratados internacionais, através de rito formal específico.

III- A previsão constitucional dos direitos fundamentais demonstra seu grau de importância para a constituição do Estado e sociedade, colocando-os em posição de destaque no ordenamento jurídico pátrio.

- a) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- b) Somente a assertiva I está correta.
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- d) Somente a assertiva III está correta.
- e) As assertivas I, II e III estão corretas.

10. Responda a questão abaixo, utilizando os ensinamentos da obra A Eficácia dos Direitos Fundamentais de 2011, do autor Ingo Wolfgang Sarlet, assinalando a alternativa CORRETA:

I- Direitos de primeira dimensão são chamados direitos de cunho negativo, os quais podemos citar como exemplo o direito à manifestação e direito à propriedade.

II- Direitos de segunda dimensão abrangem os direitos de cunho prestacional do Estado.

III- Direitos de terceira dimensão tratam dos chamados direitos de fraternidade e solidariedade.

- a) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- c) Somente a assertiva I está correta.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Somente a assertiva III está correta.

11. Com base na obra de Alexandre de Moraes, Direitos Humanos Fundamentais de 2013, assinale a afirmação CORRETA:

- a) O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos.
- b) A Constituição Federal de 1988 exclui como destinatário dos direitos fundamentais o estrangeiro em território nacional.
- c) A eutanásia é garantida pela Constituição Federal com base ao direito de liberdade e autonomia do indivíduo.
- d) A tortura é vedada no texto constitucional, sendo lícita apenas para produção de provas na fase de investigação.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

DOCUMENTOS OPERACIONAIS – 06 Questões.

12. Com base na Portaria Nº 085/GABS/SSP/2019, que disciplina a adoção de novas rotinas operacionais junto ao SISP, as medidas de vinculação de boletins de ocorrência, o alinhamento às diretrizes nacionais do SUSP, da PNSPDS e do SINESP, a qualificação de estatísticas e a gestão de conflitos de competência, mediante a integração de bancos de dados de interesse da Secretaria de Segurança Pública, das suas instituições e demais entes conveniados, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I- Na hipótese de ocorrência de infração penal de menor potencial ofensivo atendida pela PMSC, em que o autor do fato está presente e não aceita o compromisso de comparecer em audiência no Juizado Especial Criminal, a Polícia Militar procederá seu encaminhamento ao Batalhão da área.

II- Considere a hipótese de uma ocorrência de infração penal de menor potencial ofensivo atendida pela PMSC, cujo crime se trate de ação penal privada ou condicionada à representação, em que a vítima se manifesta pelo interesse de não exercer o direito de representação ou queixa, ou de decidir posteriormente. Neste caso, a Polícia Militar dará ciência expressa à vítima de seu direito de representação a ser exercido no prazo de 06 (seis) meses, orientando que essa manifestação deverá ser realizada na Seção Técnica do Batalhão da área do fato.

III- A Polícia Militar registrará BO na modalidade Termo Circunstanciado no caso de ação penal privada ou condicionada à representação em que a vítima se manifesta pelo interesse de não exercer o direito de representação ou queixa, ou de decidir posteriormente. Neste caso, a Polícia Militar dará ciência expressa à vítima de seu direito de representação a ser exercido no prazo de 06 (seis) meses, orientando que essa manifestação deverá ser realizada na Delegacia de Polícia Civil da área do fato.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente a proposição I está incorreta.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Somente a proposição II está incorreta.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

13. De acordo com o Caderno de Estudos – PMSC MOBILE e Documentos Operacionais (2019), a Diretriz de Procedimento Permanente Nº 37/2019/Cmdo-Geral e a Portaria Nº 085/GABS/SSP/2019, analise a situação hipotética abaixo:

Sua guarnição é acionada para atendimento de uma ocorrência e no local constata tratar-se de um acidente de trânsito com vítima. A condutora de um Fiat 147 afirmou aos policiais que teria se distraído ao olhar um lindo vestido exposto em uma vitrine. Por isso, acabou invadindo a pista contrária, colidindo em um motociclista que transitava em sentido contrário.

O condutor da moto sofreu grave lesão no pé, com fratura exposta e estava sendo atendido pelo SAMU que iria conduzi-lo para atendimento médico especializado. Lúcido, ao ser questionado pela guarnição afirmou não desejar representar criminalmente contra a autora, uma vez que ela teria se prontificado a pagar-lhe todas as despesas médicas, bem como os danos causados na moto e por isso iria perdoá-la. Ambos os veículos estavam registrados e licenciados e os condutores eram habilitados.

Assinale alternativa que compreende a ação CORRETA a ser adotada:

- a) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada com a lavratura de um “BOAT-TC”.
- b) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada com a lavratura de um “BO-TC”.
- c) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada com a lavratura de um “BO-COP”.
- d) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada com a lavratura de um “BOAT-COP”.
- e) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada como “resolvido no local”.

14. De acordo com o Caderno de Estudos – PMSC MOBILE e Documentos Operacionais (2019), a Diretriz de Procedimento Permanente Nº 37/2019/Cmdo-Geral e a Portaria Nº 085/GABS/SSP/2019, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A PMSC possui competência para lavrar Comunicação de Ocorrências Policiais (BO-COP) apenas nas ocorrências de crimes de menor potencial ofensivo.
- b) A PMSC possui competência legal para lavrar Boletim de Ocorrência na modalidade de Comunicação de Ocorrência Policial (BO-COP), nas ocorrências de qualquer tipo de infração penal desde que não estejam presentes as condições que permitam a lavratura do Termo Circunstanciado ou a execução da Prisão em Flagrante/Apreensão.
- c) A PMSC possui competência legal para lavrar Comunicação de Ocorrências Policiais (BO-COP), inclusive em ocorrência de maior potencial ofensivo, desde que informe a Polícia Civil antes da lavratura do procedimento.
- d) A PMSC possui competência legal para lavrar Comunicação de Ocorrências Policiais (BO-COP) nas ocorrências de qualquer tipo de infração penal desde que não estejam presentes as condições que permitam a lavratura do Termo Circunstanciado ou a execução da Prisão em Flagrante/Apreensão ou ainda ocorrências de Acidentes de Trânsito.
- e) A PMSC possui competência legal para lavrar Comunicação de Ocorrências Policiais (BO-COP) nas ocorrências de qualquer tipo de infração penal desde que não estejam presentes as condições que permitam a lavratura do Termo Circunstanciado ou a execução da Prisão em Flagrante/Apreensão, desde que acione a Polícia Civil para todos os casos de lavratura de BO-COP, pois é a Polícia Civil que ficará encarregada de acionar a perícia.

15. Quando do atendimento de uma ocorrência, após aplicar os procedimentos operacionais padrões e técnicos, lavrar-se-á, sempre que houver a necessidade de formalização e de persecução do fato, um documento operacional destinado ao encerramento dos atendimentos de ocorrências PMSC, isto é, o Boletim de Ocorrência na modalidade que seja a mais condizente ao caso concreto e aplicar-se-á as providências pertinentes.

Portanto, de acordo com o Caderno de Estudos – PMSC MOBILE e Documentos Operacionais (2019) e a Diretriz de Procedimento Permanente Nº 37/2019/Cmdo-Geral, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Existem 4 (quatro) Modalidades de Boletins de Ocorrência, a saber: Termo Circunstanciado (BO-TC); Prisão/Apreensão de Adolescente (BO-PA); Comunicação de Ocorrência Policial (BO-COP); Outras comunicações não delituais persecutórias (BO-Outros).

b) Existem 8 (oito) Modalidades de Boletins de Ocorrência, a saber: Termo Circunstanciado (BO-TC); Prisão/Apreensão de Adolescente (BO-PA); Comunicação de Ocorrência Policial (BO-COP); Acidente de Trânsito (BO-AT); Acidente de Trânsito Termo Circunstanciado (BO-AT/TC); Acidente de Trânsito Comunicação Ocorrência Policial (BO-AT/COP); Acidente de Trânsito Prisão/Apreensão (BO-AT/PA); Outras comunicações não delituais persecutórias (BO-Outros).

c) Existem 5 (cinco) Modalidades de Boletins de Ocorrência, a saber: Termo Circunstanciado (BO-TC); Prisão/Apreensão de Adolescente (BO-PA); Comunicação de Ocorrência Policial (BO-COP); Boletim de Ocorrência (BO); Notícia de Infração Penal Ambiental (BO-NIPA).

d) Existem 5 (cinco) Modalidades de Boletins de Ocorrência, a saber: Termo Circunstanciado (BO-TC); Prisão/Apreensão de Adolescente (BO-PA); Comunicação de Ocorrência Policial (BO-COP); Outras comunicações não delituais persecutórias (BO-Outros); Acidente de Trânsito (BO-AT).

e) Existem 8 Modalidades de Boletins de Ocorrência, a saber: Termo Circunstanciado (BO-TC); Prisão/Apreensão de Adolescente (BO-PA); Comunicação de Ocorrência Policial (BO-COP); Outras comunicações não delituais persecutórias (BO-Outros); Notícia de Infração Penal Ambiental (BO-NIPA); Resolvido no local; Acidente de Trânsito (BO-AT).

16. Considerando a Portaria nº 085/GABS/SSP/2019, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I- Na hipótese de ocorrência policial, com constatação de vestígios frágeis, que demande imediato trabalho pericial, o acionamento da equipe de perícia ou a solicitação de exame pericial deverá ser realizado sempre através de contato realizado pela Polícia Civil.

II- O acionamento da equipe de perícia é dispensável quando, diante das circunstâncias do caso concreto, seja possível a realização de perícia indireta, desde que os fatos sejam de menor gravidade, pouca repercussão e que não envolvam morte de pessoa.

III- Na hipótese de ocorrência policial, com constatação de vestígios frágeis, que demande imediato trabalho pericial, o acionamento da equipe de perícia ou a solicitação de exame pericial ficará a cargo da corporação que tiver iniciado a feitura do registro.

IV- Nos casos de lavratura de BO-PA (ocorrência de infração penal atendida pela Polícia Militar, com encaminhamento do autor, da vítima, de testemunhas ou de bens/objetos à Delegacia de Polícia Civil), o policial militar não deverá encerrar a ocorrência no PMSC Mobile, pois o atendente Policial Civil precisará que a ocorrência ainda esteja aberta no Mobile para que possa dar continuidade no BO lavrado pela guarnição Policial Militar, inserindo dados e informações relevantes ao atendimento da Polícia Civil.

a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

c) Somente as proposições II e III estão corretas.

d) Somente a proposição II está correta.

e) Somente as proposições I e II estão corretas.

17. De acordo com o Caderno de Estudos – PMSC MOBILE e Documentos Operacionais (2019), a Diretriz de Procedimento Permanente Nº 37/2019/Comdo-Geral e a Portaria nº 085/GABS/SSP/2019, analise a situação hipotética abaixo:

A guarnição foi acionada para atender ocorrência de um furto em uma residência. Ao chegar, o proprietário contou aos policiais que percebeu pelas imagens do sistema de monitoramento que um rapaz desconhecido que vestia a camiseta Bob Esponja teria usado uma pedra para quebrar o vidro da janela e entrou pelo buraco para furtar um celular da marca gradiente. No local, a guarnição avistou os vestígios de vidro quebrados e encontrou a pedra utilizada pelo autor do furto. As outras guarnições auxiliaram na tentativa de encontrar o autor, mas apesar das buscas, não foi possível realizar a sua prisão.

Diante da situação hipotética apresentada, analise as proposições abaixo e assinale a conduta CORRETA a ser tomada pelos policiais que atenderam essa ocorrência:

I- Trata-se de ocorrência que deve ser finalizada com um BO-COP, não sendo obrigatório o acionamento da Polícia Civil e nem o encaminhamento do BO-COP para a Delegacia da área, para a devida apuração da infração penal, no primeiro dia útil após o registro.

II- Trata-se de ocorrência que deve ser finalizada com um BO-COP e a Polícia Civil deverá ser acionada por intermédio da CRE, ficando a Unidade responsável pelo atendimento responsável por encaminhar o BO-COP para a Polícia Civil, para a devida apuração da infração penal, no primeiro dia útil após o registro.

III- A perícia indireta poderá ser realizada pelos próprios policiais militares, inserindo imagens e informações no BO que auxiliem de forma conclusiva a elaboração do laudo pericial, em especial no que se refere às circunstâncias qualificativas do crime.

IV- Devido ao fato de haver vestígios (cacos de vidro e a própria pedra usada para romper o obstáculo), deverá ser entrado em contato com a Polícia Civil para que esta acione o Instituto Geral de Perícias, pois a perícia é de exclusividade do Instituto Geral de Perícias (IGP).

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição I está correta.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) Somente as proposições II e III estão corretas.

ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS – 02 Questões.

18. A gestão estratégica não deve ser rotulada como um projeto com início, meio e fim, mas sim como um processo contínuo e permanente. Seguindo este espírito, o Plano Estratégico da PMSC fomenta mudanças constantes e duradouras que objetivem levar a Corporação a ser reconhecida pela sociedade de uma determinada forma. Assinale a alternativa que contenha os 5 (cinco) atributos que revelam a visão de futuro definida pela PMSC:

- a) Conciliadora; legalista; com serviços permanentes; confiável nas crises; promotora dos direitos sociais.
- b) Legítima; legalista; com serviços de excelência; estável nas crises; promotora dos direitos humanos.
- c) Legítima; efetiva; com serviços de excelência; confiável nas crises; promotora dos direitos humanos.
- d) Conciliadora; eficaz; com serviços contínuos; estável nas crises; promotora dos direitos sociais.
- e) Legítima; eficiente; com serviços de qualidade; estável nas crises; promotora dos direitos humanos.

19. Considerando a missão constitucional da polícia ostensiva e preservação da ordem pública (art. 144 CF), a PMSC definiu 5 (cinco) eixos estruturantes que fundamentam a sua atuação operacional. Segundo o Plano Estratégico da PMSC, assinale a alternativa que contenha esses 5 (cinco) eixos definidos para a dimensão operacional:

- a) Centralização das ações policiais; controle do crime; resposta qualificada; unidade de comando; hierarquia e disciplina.
- b) Proximidade; proatividade; pronta-resposta; ação sobre as causas; parcerias.
- c) Proximidade; proatividade; repressão qualificada, ação sobre as consequências; hierarquia e disciplina.
- d) Centralização das ações policiais; pronta-resposta; ação sobre as causas e efeitos; unidade de comando; parcerias.
- e) Proximidade; resposta qualificada; resposta imediata; ação sobre causas e efeitos; parcerias.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – 05 Questões.

20. Com base na Lei nº 9.503/97, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito poderão dar prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio ambiente.
- b) São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pela União, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.
- c) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito não respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.
- d) O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.
- e) São consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

21. Sobre Habilitação, nos termos do Capítulo XIV da Lei nº 9.503/97, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Carteira Nacional de Habilitação de Categoria B permite a condução de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares.
- b) São os condutores da categoria B autorizados a conduzir veículo automotor da espécie motor-casa, cujo peso não exceda a 6.000 kg (seis mil quilogramas), ou cuja lotação não exceda a 8 (oito) lugares, excluído o do motorista.
- c) A Carteira Nacional de Habilitação de Categoria E permite a condução de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada tenha 6.000 kg (seis mil quilogramas) ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares.

- d) O trator de roda, o trator de esteira, o trator misto ou o equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou de pavimentação só podem ser conduzidos na via pública por condutor habilitado nas categorias C, D ou E.
- e) Para habilitar-se na categoria C, o condutor deverá estar habilitado no mínimo há um ano na categoria B e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias, durante os últimos doze meses.

22. Conforme a Lei nº 9.503/97, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.
- b) Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool, será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado.
- c) Não serão aplicadas as sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) por inobservância à sinalização quando esta for insuficiente ou incorreta.
- d) A circulação de veículo no território nacional, independentemente de sua origem, em trânsito entre o Brasil e os países com os quais exista acordo ou tratado internacional, reger-se-á pelas disposições deste Código, pelas convenções e acordos internacionais ratificados.
- e) A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

23. Baseado no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9503/97) e no Manual Brasileiro de Fiscalização Trânsito, Vol. I e II, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I- O condutor de motocicleta, motoneta e ciclomotor, quando desmontado e puxando ou empurrando o veículo nas vias públicas, não se equipara ao pedestre, estando sujeito às infrações previstas no CTB.

II- A infração de “estacionar na contramão de direção”, art. 181 XV do CTB, não prevê medida administrativa.

III- Veículo abordado em via pública portando placa com tarjeta constando município diverso do registro do veículo deverá ser autuado pelo art. 221, do CTB – portar no veículo placas de identificação em desacordo com as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN.

IV- Conduzir motocicleta utilizando capacete com película na viseira de proteção é infração de trânsito capitulada no art. 169, do CTB – dirigir sem atenção ou sem os cuidados indispensáveis à segurança.

- a) Todas as afirmações estão incorretas.
- b) Todas as afirmações estão corretas.
- c) Apenas a afirmação I está correta.
- d) Apenas a afirmação II está correta.
- e) Apenas as afirmações III e IV estão corretas.

24. O Capítulo IV da Lei nº 9.503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), fala sobre pedestres e condutores não motorizados. Sendo assim, analise as afirmações abaixo e, por conseguinte, assinale a alternativa CORRETA:

I- Nos trechos urbanos de vias rurais e nas obras de arte a serem construídas, deverá ser previsto passeio destinado à circulação dos pedestres, que poderão nessas condições, usar o acostamento.

II- O ciclista desmontado empurrando a bicicleta não se equipara ao pedestre em direitos e deveres.

III- O órgão ou entidade com circunscrição sobre a via manterá, obrigatoriamente, as faixas e passagens de pedestres em boas condições de visibilidade, higiene, segurança e sinalização.

IV- Os pedestres que estiverem atravessando a via sobre as faixas delimitadas para estes somente terão prioridade de passagem nos locais com sinalização semafórica.

- a) Apenas a afirmação II está correta.
- b) Apenas a afirmação III está correta.
- c) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmações I e IV estão corretas.
- e) Apenas as afirmações I e II estão corretas.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL – 05 questões.

25. De acordo com o teor da Constituição Federal de 1988 e suas atualizações, especialmente os dispositivos que se aplicam aos militares, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A garantia constitucional de irredutibilidade do salário não se aplica aos militares.
- b) caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.
- c) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um sexto a mais do que o salário normal.
- d) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

e) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (anos) anos de idade em creches e pré-escolas.

26. De acordo com o teor da Lei nº 6.218/83 – Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina e suas atualizações, e com o teor do Decreto nº 12.112/80 – que aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e suas atualizações, assinale a alternativa CORRETA que indica qual o prazo máximo para apresentar recurso administrativo contra qualquer ato administrativo ou disciplinar:

- a) 02 (dois) dias úteis.
- b) 05 (cinco) dias corridos.
- c) 08 (oito) dias úteis.
- d) 05 (cinco) dias úteis.
- e) 120 (cento e vinte) dias corridos.

27. Conforme a Lei nº 6.218/83 - Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina - a carreira das praças da Polícia Militar está sujeita ao instituto da prorrogação do tempo de serviço, na forma do art. 149: "As praças que concluírem o tempo de serviço a que se obrigaram a servir, desde que requeiram, poderá ser concedida a prorrogação deste tempo, uma ou mais vezes, como engajadas ou reengajadas." Paralelamente, a mesma carreira é regulada pela Lei Complementar nº 318/06, que dispõe sobre as promoções, e que prevê em seu art. 1º: "As promoções das praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina serão regidas de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei Complementar."

Com base em ambas as legislações mencionadas, analise as proposições abaixo, e assinale a alternativa CORRETA:

I- A praça que atingir a graduação de 3º Sgt QPPM, após a formatura no Curso de Formação de Sargentos, atingirá o período de estabilidade.

II- A promoção da praça à graduação de Soldado de 3ª Classe, qualificado por mérito intelectual, será efetuada após um ano de efetivo serviço, conquanto esteja no bom comportamento.

III- Para as praças, o tempo de serviço na PMSC começa a contar a partir de sua data de inclusão, matrícula em órgão de formação, ou nomeação para graduação. Esta data será o marco temporal utilizado para início de contagem de seu 1º período de serviço, designado como "ingresso", cuja duração é de 3 (três) anos.

IV- A promoção da praça à graduação de Soldado de 1ª Classe será efetuada após ter completado quatro anos de efetivo serviço na graduação anterior e estar no mínimo no comportamento bom. Esta promoção corresponde ao imediato ingresso da praça no seu 3º período de serviço - engajamento, cuja duração é de 4 (quatro) anos.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente a proposição III é correta.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

28. Em atenção às previsões da Lei Complementar nº 380/07, que dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado (CTISP), e da Lei nº 6.218/83 – Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I- Os policiais militares reformados por idade não poderão compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública.

II- Os policiais militares da reserva remunerada poderão compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública.

III- O policial militar reformado encontra-se em situação de inatividade. O reformado, após haver passado pela reserva remunerada, está dispensado definitivamente da prestação de serviço na ativa, mas continua a perceber remuneração do Estado.

IV- A designação de participação no CTISP será por prazo certo, em período que não exceda a dois anos, podendo ser renovada por igual período.

- a) Somente a proposição II está correta.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- e) Somente as proposições II e III estão corretas.

29. Com base na Lei nº 6.218/83 – Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias, entre policiais militares da ativa e da reserva, exceto os reformados.
- b) Posto é o grau hierárquico da praça, conferido pelo Comandante-Geral da Polícia Militar.
- c) As promoções serão efetuadas, anualmente, por antiguidade ou merecimento, para a Polícia Militar nos dias 31 de janeiro, 13 de junho, 11 de agosto e 25 de novembro.
- d) Todo cidadão, após ingressar na Polícia Militar mediante inclusão, matrícula ou nomeação, prestará compromisso de honra, no qual afirmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres policiais militares e manifestará sua firme disposição de bem cumpri-los.
- e) Ao ser promovido a Soldado de 3ª Classe qualificado, a praça em solenidade especialmente programada, prestará compromisso nos seguintes termos: “Perante a Bandeira do Brasil e pela minha honra prometo cumprir os deveres de Soldado da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dedicar-me inteiramente ao seu serviço”.

PORTUGUÊS – 04 Questões.

30. De acordo com o previsto no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual., 2013, analisando o uso do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas do texto abaixo:

“Os srs. comandantes de companhias recomendem ___ suas praças que observem os preceitos de instrução no que diz respeito ao garbo militar e correção de atitudes quando em serviço ou fora dele. Já por várias vezes se têm visto praças armadas, de mãos nos bolsos, cigarro no canto da boca, ou encostadas ___ paredes e muros. Que ___ praças de guarda ___ repartições se abstenham de palestrar em grupos ___ frente das mesmas repartições e especialmente junto ___ sentinelas.”

(Bastos Júnior, Edmundo José de. *Polícia Militar de Santa Catarina: história e histórias*. Florianópolis: Garapuvu, 2006. p. 222.)

- a) às, a, as, às, à, às
- b) as, à, às, as, à, as
- c) às, a, as, às, a, as
- d) as, a, às, às, a, às
- e) às, a, às, as, à, às

31. De acordo com o previsto no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual., 2013, analisando as regras de concordância da norma padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É proibido a entrada de animais sem coleira.
- b) As festas de outubro reúnem a culinária brasileira, alemã e austríaca.
- c) O diretor é tal quais os gerentes da empresa.
- d) Os policiais militares ficaram alertas após o toque da corneta.
- e) O terceiro, quarto e sexto andar foram vendidos.

32. De acordo com o previsto no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual., 2013, analise a concordância verbal das afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

I- Sou eu quem organiza os livros na biblioteca.

II- Cinco quilos é suficiente.

III- Um quarto dos estudantes eram bolsistas.

IV- Havia dois carros apreendidos no pátio da delegacia.

V- Faz três meses que o alvará de funcionamento foi cassado.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.

33. De acordo com o Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais (SANTA CATARINA, 2013), relativamente às regras de concordância do verbo HAVER, marque a alternativa que apresenta a frase gramaticalmente INCORRETA:

- a) Se houvessem ganho o campeonato, seriam aplaudidos.
- b) Os documentos haviam sido violados.
- c) Eles haviam prometido comparecer.
- d) Havia doze processos em tramitação.
- e) Houve várias entradas tardias.

PREVENÇÃO AO CRIME – 05 Questões.

34. O livro “Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos”, dos autores CLARKE, R. V.; ECK, J. E, traduzido por SOARES, A. S.; SOUZA, E, 2010, indica vinte e cinco técnicas de prevenção situacional do crime, separados em cinco grandes grupos. Esses grupos são, EXCETO:

- a) Reduzir recompensas.
- b) Identificar criminosos.
- c) Reduzir provocações.
- d) Remover justificativas.
- e) Aumentar o esforço.

35. Ao analisar o livro “Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos” (CLARKE, R. V.; ECK, J. E, traduzido por SOARES, A. S.; SOUZA, E, 2010) é possível aumentar os riscos do crime adotando algumas posturas simples. Julgue as assertivas abaixo e assinale a INCORRETA:

- a) Reduzir o anonimato: identificando de taxistas, adesivos de "Como estou dirigindo?" e uso de uniformes escolares.
- b) Ajudar na vigilância natural: melhorando a iluminação pública e planejando o espaço defensivo.
- c) Identificar propriedade: marcando propriedade, licenciando veículos e marcação de peças e marcação de gado.
- d) Usar gerentes de local: treinamento de funcionários para a prevenção de crimes, recompensando a vigilância e apoiando informantes com apito.
- e) Reforçar a vigilância formal: uso de câmeras de velocidade e testes de bafômetro, vídeo vigilância dos centros das cidades e bike-patrolhas concentradas em estacionamentos.

36. Ao analisar o livro “Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos” (CLARKE, R. V.; ECK, J. E, traduzido por SOARES, A. S.; SOUZA, E, 2010) compreendemos que parte importante do desfecho é avaliar o impacto das ações, isto para considerarmos os deslocamentos geográficos e temporais dos crimes, deslocamento para outros alvos, táticas e outros tipos de crime, entre outros desdobramentos das ações específicas sobre os crimes. Da compreensão do exposto na obra em comento é possível extrair algumas conclusões. Julgue as assertivas abaixo e assinale a INCORRETA:

- a) Deslocamento geográfico ocorre quando a intervenção bloqueia as oportunidades de crime ou desordem em um estabelecimento ou em uma área, e os infratores deslocam-se para outros estabelecimentos ou áreas para cometerem crimes. Nesse sentido, os criminosos normalmente não perdem tempo procurando oportunidades em locais distantes de seu hotspot quando este é suprimido. Portanto, se eles se deslocam, eles têm maior probabilidade de deslocarem-se para um lugar próximo ao hotspot original.
- b) O deslocamento temporal também resulta de uma prevenção bem sucedida, mas, neste caso, os infratores mudam o período de crimes para outras horas ou dias. O deslocamento temporal pode ser mais fácil para os criminosos porque requer menos esforço. Ele pode acontecer dentro de 24 horas, se, por exemplo, a prevenção é restrita a certos horários mas deixa outros horários desprotegidos. Pode também acontecer dentro de uma semana, ou em períodos mais longos.
- c) Se o deslocamento geográfico ou temporal ocorre, é mais provável que o crime mude para locais e horários muito semelhantes aos locais e horários afetados pela prevenção. Tais mudanças exigem menos esforço, aprendizagem, e riscos para os infratores do que se deslocassem para lugares e horários muito diferentes. É mais provável que os criminosos tentarão esperar até o fim do efeito da resposta, momento que os efeitos da supressão diminuem. Se os infratores não podem esperar até o fim de uma resposta, serão os locais e horários mais familiares que terão as maiores chances de estarem sujeitos ao deslocamento do crime.
- d) Além do deslocamento geográfico e temporal, os criminosos podem mudar os seus alvos, táticas, ou delitos. Substituição de alvo acontece quando os criminosos mudam de alvos recém-protegidos para outros alvos. Mudança de tática ocorre quando os criminosos mudam suas táticas ou procedimentos. Trocar o tipo de crime é outra forma de deslocamento que pode ocorrer, mas, no caso, deve ser desconsiderado dentro do problema originário e deixar que seus reflexos sejam analisados em momento posterior de análise do crime, se necessário for, vez que os problemas originários relacionados ao crime não guardam mais relação com tais.
- e) Você não irá encontrar deslocamentos do crime, a menos que você procure por ele. Isto significa que você deve analisar um problema de perto e imaginar as formas mais prováveis de deslocamento. Há outras oportunidades para crime ou desordem que são semelhantes às oportunidades que os seus esforços estão tentando bloquear? Os criminosos que você está analisando irão descobrir facilmente essas oportunidades? Procurar por oportunidades de deslocamento antes de finalizar uma resposta traz duas vantagens. Primeiro, você pode desenvolver medidas para detectá-lo caso ele apareça. Mais importante, você pode ser capaz de desenvolver contramedidas que impeçam o deslocamento.

37. A fase de Identificação dos Problemas relacionados ao crime exige o que conhecemos como “a regra do 80-20”. Esta, por sua vez, singelamente pode ser explicada pela equação: 20% das causas são responsáveis por 80% dos resultados. Destarte, se compreende que um princípio muito importante na prevenção do crime é que este é altamente concentrado em pessoas, lugares e coisas específicas. Tal fato sugere que focar recursos onde o crime está concentrado trará os melhores benefícios da prevenção. O

livro “Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos”, dos autores CLARKE, R. V.; ECK, J. E, traduzido por SOARES, A. S.; SOUZA, E, 2010, afirma que algumas dessas concentrações têm sido rotuladas e se tornado conhecidas pela maioria dos analistas. Sobre tais concentrações são verdadeiras as afirmações abaixo, EXCETO:

- a) Estabelecimentos de risco – In Danvers, Massachusetts, 3 em cada 78 lojas (5 por cento) responderam por 55% dos incidentes de furtos a lojas relatados à polícia.
- b) Vítimas repetidas – Segundo a Pesquisa Criminal Britânica, vítimas repetidas (pouco mais de 4% de todas as vítimas) sofrem 40% dos crimes relatados na pesquisa.
- c) Hotspots – No artigo pioneiro que colocou este conceito no mapa, por assim dizer, Lawrence Sherman e colaboradores descobriram que 6% dos endereços em Minneapolis representavam 60% das chamadas de serviço policial.
- d) Criminosos reincidentes – no famoso estudo coorte da Filadélfia de Wolfgang, cerca de 5% de todos os infratores no estudo foram responsáveis por mais de 50% dos delitos.
- e) Objetos expostos – Dados anuais produzidos pelo Highway Loss Data Institute mostraram que reclamações de furto de lojas com exposição de objetos são 30 vezes maior do que para outras que não apresentam vitrines e mostruários chamativos.

38. Ao analisar o livro “Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos”, (CLARKE, R. V.; ECK, J. E, traduzido por SOARES, A. S.; SOUZA, E, 2010) alguns conceitos exsurgem como basilares no conhecimento das nuances e especificidades da dinâmica do crime. Segundo se infere da análise desses conceitos, julgue as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA:

- a) Para criminólogos do ambiente "oportunidade faz o ladrão" é mais do que apenas um dizer popular, é o principio mais importante do modelo deles. Eles acreditam que se a oportunidade aumenta, conseqüentemente o crime também aumentará. Infere-se, ainda, que os níveis de crime são determinados tanto pelas oportunidades proporcionadas pela organização física e social da sociedade quanto pelas atitudes e disposições da população.
- b) Sobre todas as inovações de análises de crimes, o policiamento orientado-para-problema tem sido considerado por analistas como o foco de atenção. A definição de policiamento orientado-para-problema, segundo Herman Goldstein, baseia-se na ideia de que o policiamento deveria se debruçar fundamentalmente sobre como alterar as condições que dão origem aos problemas de crime repetitivo e não simplesmente buscar responder a incidentes quando eles ocorrem ou tentar impedi-los através de rondas preventivas.
- c) Goldstein afirma, ainda, que a polícia deveria adotar o método de solução-de-problemas no qual a polícia trabalha a partir de quatro etapas, quais sejam: Identificação, Análise, Resposta e Avaliação, conhecido como método SARA, no original em inglês, traduzido como método IARA, no português. Afirmando, outrossim, que as maiores dificuldades são encontradas nas fases de Identificação e Análise.
- d) Sempre que você analisar um problema criminal ou pensar sobre soluções, tente ver o crime da perspectiva do infrator. Tente entender por que eles cometem crime – não as causas sociais ou psicológicas distantes, mas os benefícios que eles estão procurando.
- e) Criminosos fazem escolhas com base nas suas próprias percepções de oportunidades. Compreender como infratores veem as coisas é importante para prevenir crime porque quase toda prevenção de crime envolve mudanças nas percepções dos infratores sobre as oportunidades de crime.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS – 02 Questões.

39. A violência doméstica é um problema grave e complexo não só na realidade brasileira, mas também catarinense. Dados extraídos da ferramenta BI (Business Intelligence) revelaram que, no ano de 2018, o número de ocorrências envolvendo violência doméstica alcançou a cifra de 19.148. No primeiro semestre do ano de 2019, a violência doméstica desponta como o quinto maior problema de segurança pública no Estado de SC. É neste contexto que o programa Rede Catarina de Proteção à Mulher vítima de violência doméstica da PMSC vem sendo reconhecido como uma ação eficaz na defesa das mulheres catarinenses. Segundo o seu marco conceitual, assinale a alternativa que contemple os três eixos de atuação previstos pelo programa:

- a) Ações repressivas; policiamento ostensivo; e solução personalizada.
- b) Ações educativas; policiamento repressivo; e solução tecnológica.
- c) Ações de proteção; policiamento direcionado ao problema; e solução tecnológica.
- d) Ações de proteção; policiamento repressivo; e solução personalizada.
- e) Ações de proteção; policiamento direcionado ao problema; e solução personalizada.

40. Segundo o Marco Conceitual da Rede de Vizinhos da PMSC, é INCORRETO afirmar:

- a) É uma estratégia de policiamento pautada na filosofia de polícia comunitária.
- b) Tem o intento de fomentar parcerias e fortalecer os vínculos e as relações interpessoais e a cidadania ativa do bairro.
- c) É um canal de comunicação e interação entre os moradores, e entre esses e a PMSC, que substitui a Central de Emergência e o acionamento tradicional do 190.

- d) Não é apenas um grupo de aplicativo e não se trata do único meio de comunicação dos vizinhos e da PMSC, sendo um dos meios facilitadores disponíveis.
- e) É uma ferramenta de prevenção mediante a atuação em rede, ou seja, que todos, ou a grande maioria dos moradores de uma rua ou localidade estejam engajados na segurança da comunidade.

TÉCNICAS DE POLÍCIA OSTENSIVA – 07 Questões.

41. Conforme o Procedimento Operacional Padrão (POP) nº 201.18.1, que trata da PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME, são consideradas ATIVIDADES CRÍTICAS:

- I- Definir se o local de crime necessita de preservação.**
 - II- Permitir que autoridades responsáveis pela investigação alterem o local do crime.**
 - III- Definir o perímetro a ser isolado.**
 - IV- Circular no perímetro isolado do local do crime.**
 - V- Impedir o acesso da imprensa, de pessoas e de familiares no perímetro isolado.**
- a) Apenas as afirmativas IV e V estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

42. Conforme o Procedimento Operacional Padrão (POP) nº 201.1.6, referente à CHEGADA AO LOCAL DA OCORRÊNCIA, são considerados ERROS A SEREM EVITADOS pela Guarnição PM:

- I- Confirmar à CRE/COPOM a chegada na ocorrência (J10) e sua localização exata.**
 - II- Parar a Viatura defronte ao local da ocorrência.**
 - III- Deixar de identificar pessoas suspeitas e agentes de crime no local da ocorrência.**
 - IV- Identificar o nível de risco da ocorrência a ser atendida.**
 - V- Deixar de considerar a necessidade de apoio policial.**
- a) II, III e V.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) IV e V.
- e) I, II e III.

43. Correlacione os conceitos apresentados nas colunas de acordo com os CONCEITOS TÁTICOS previstos no Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC (3ª Edição) e assinale a alternativa CORRETA:

- 1- É decorrente da silhueta e da faixa de luz projetada pela abertura de uma porta.**
- 2- Redução da capacidade auditiva gerada pelo estresse da ocorrência, dificultando o processo de comunicação entre os Policiais Militares.**
- 3- Construção do campo visual que resulta na perda da visão periférica.**
- 4- A arma sempre acompanha a direção do olhar do policial, que manterá os dois olhos abertos.**
- 5- Deve manter-se o silêncio como forma de aumentar a percepção do ambiente.**

- VISÃO DE TÚNEL.**
- AUDIÇÃO DE TÚNEL.**
- DISCIPLINA DE RUÍDOS.**
- CONE DA MORTE.**
- TERCEIRO OLHO.**

- a) 1 – 5 – 2 – 4 – 3.
- b) 4 – 5 – 2 – 1 – 3.
- c) 1 – 5 – 2 – 3 – 4.
- d) 4 – 5 – 2 – 3 – 1.
- e) 3 – 2 – 5 – 1 – 4.

44. O Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC (3ª Edição) estabelece procedimentos e normas atinentes à BUSCA PESSOAL e ao USO DE ALGEMAS. De acordo com o referido Manual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O ato de algemar significa que a pessoa está presa e para tanto será imobilizada para que haja uma condução segura, tanto para o policial quanto para a pessoa que está sendo conduzida.
- b) Na aplicação da algema em um cidadão em pé, o Policial Militar empunha a algema com a mão forte, pelos elos, de forma que as partes móveis fiquem voltadas para o seu próprio antebraço.

- c) Busca Minuciosa é utilizada no decorrer de uma abordagem para averiguar uma fundada suspeita, efetuar prisão em flagrante ou cumprir um mandado de prisão, de forma metódica e cuidadosa, a fim de localizar armas, objetos perigosos ou materiais ilícitos.
- d) Quando houver perigo de reação ativa do suspeito, é facultado ao Policial Militar algemar o cidadão em objetos fixos, como postes, placas de trânsito, portas da viatura, ou ainda algemar o preso junto ao punho do Policial Militar.
- e) Busca Ligeira é utilizada normalmente à entrada de eventos culturais e desportivos, de forma rápida, a fim de identificar a presença de armas ou objetos perigosos.

45. Acerca do POLICIAMENTO OSTENSIVO MOTORIZADO, conforme preconizado no Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC (3ª Edição), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Comandante da Gu PM (1º homem), nas abordagens permanece na segurança observando a ocorrência como um todo.
- b) O Comandante da Gu PM (1º homem) não deverá observar a retaguarda através do espelho retrovisor direito, pois essa função é exclusiva do motorista.
- c) O motorista (2º homem) é quem faz as anotações na prancheta no momento das abordagens (alertas gerais irradiados pelo Centro de Operações, relação de documentos dos veículos e pessoas abordados).
- d) O motorista (2º homem), em caso de desembarque da Gu PM, fica sempre próximo à viatura no QAP do rádio e fazendo a sua segurança.
- e) O Comandante da Gu PM (1º homem) é quem efetua o acionamento da sirene e giroflex, quando necessário, e quem opera o rádio da Vtr PM.

46. Conforme o Procedimento Operacional Padrão (POP) nº 201.8.1, que delibera sobre o ATENDIMENTO PRELIMINAR DE OCORRÊNCIA COM REFÉM OU SUICIDA, assinale a alternativa que NÃO corresponde às medidas iniciais de controle e condução de crise a serem executadas pela Guarnição PM ou Pelotão de Patrulhamento Tático:

- a) Buscar abrigo para manter contato visual e verbal com o causador, porém, sem prometer nada ou fazer concessões, apenas acalmando os ânimos e ganhando tempo até a chegada do BOPE.
- b) Conter, evitando que a ameaça se alastre para outros pontos ou aumente o grau de risco da ocorrência.
- c) Isolar, estabelecendo um perímetro de segurança que deixe o causador do fato isolado de contatos exteriores à ocorrência.
- d) Solicitar apoio via CRE/COPOM, repassando as informações disponíveis (número de causadores, número de reféns, quantidade e tipos de armas, local exato do ponto crítico etc.).
- e) Transformar uma situação estática em móvel, fornecendo ou não meios de locomoção, tais como, carros, ônibus ou motocicletas.

47. Segundo o Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC (3ª Edição), o CONCEITO TÁTICO que refere o ponto, local ou situação em um ambiente onde existe a maior probabilidade de surgir uma ameaça física contra o policial, é conhecido por:

- a) Cone da Morte.
- b) Risco Alto.
- c) Perigo Imediato.
- d) Funil Fatal.
- e) Visão de Túnel.

TÓPICOS DE DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSUAL PENAL MILITAR – 03 Questões.

48. Conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar), assinale a alternativa CORRETA, acerca dos crimes militares em tempo de paz:

- a) Incorre no crime de desrespeito a superior, o militar subordinado que de alguma forma desrespeita o seu superior hierárquico, diante de qualquer pessoa.
- b) Incorre no crime de motim, a reunião de militares armados, agindo contra a ordem recebida de superior.
- c) Incorre no crime de omissão de lealdade militar, o militar que deixa de levar ao conhecimento do superior o motim de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao ato criminoso, utiliza-se de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo.
- d) Incorre no crime de rigor excessivo, o militar superior hierárquico que excede a faculdade de punir o subordinado, fazendo-o com rigor não permitido, ou ofendendo-o por palavra, ato ou escrito.
- e) Incorre no crime de publicação ou crítica indevida, o militar que, autorizado, publica ato ou documento oficial.

49. De acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar) sobre os crimes militares, em tempo de paz, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes previstos no Código Penal Militar e os previstos na legislação penal, quando praticados por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.
- b) Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes previstos no Código Penal Militar ou somente aqueles com igual definição na lei penal comum, quando praticados por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra servidor da justiça militar aposentado.
- c) Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes previstos no Código Penal Militar e os previstos na legislação penal, quando praticados por ex-militar, em lugar sujeito à administração militar, contra ex-militar.
- d) Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial, quando praticados, qualquer que seja o agente em território nacional, ou estrangeiro, militarmente ocupado.
- e) Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes previstos no Código Penal Militar e os previstos na legislação penal, quando praticados por militar em qualquer lugar, se comprometem ou podem comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares ou, de qualquer outra forma, atentam contra a segurança externa do País ou podem expô-la a perigo.

50. Considerando o previsto no Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar) sobre a competência da polícia judiciária militar, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete à polícia judiciária militar representar às autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado.
- b) Compete à polícia judiciária militar apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.
- c) Compete à polícia judiciária militar cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.
- d) Compete à polícia judiciária militar realizar as diligências requisitadas pelo ministério público, autoridades judiciárias militares, defensoria pública, bem como por outras polícias judiciárias ou guardas municipais.
- e) Compete à polícia judiciária militar requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.